

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	110
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	112
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	113
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	114
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	12.309.404	11.237.851	9.366.384
1.01	Ativo Circulante	2.849.930	3.307.978	2.426.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	182.558	204.316	166.015
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	182.558	204.316	166.015
1.01.02	Aplicações Financeiras	86.900	80.648	92.376
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	86.900	80.648	92.376
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	86.900	80.648	92.376
1.01.03	Contas a Receber	1.712.853	1.606.490	1.409.635
1.01.03.01	Clientes	1.712.853	1.606.490	1.409.635
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.393.477	2.220.336	1.835.870
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-680.624	-613.846	-426.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	630.970	712.676	514.140
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	630.970	712.676	514.140
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	0	136.426	112.810
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	630.970	576.250	401.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	236.649	703.848	244.720
1.01.08.03	Outros	236.649	703.848	244.720
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	68.010	61.206	79.108
1.01.08.03.03	Outros créditos	116.595	172.038	83.419
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	7.658	78.011	17.079
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	30.022	392.593	0
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	14.364	0	65.114
1.02	Ativo Não Circulante	9.459.474	7.929.873	6.939.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.097.931	5.880.077	4.888.015
1.02.01.04	Contas a Receber	163.578	115.421	75.431
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	163.578	115.421	75.431
1.02.01.07	Tributos Diferidos	81.019	52.077	32.142
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	81.019	52.077	32.142

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.853.334	5.712.579	4.780.442
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	48.011	48.798	47.676
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	31.969	31.101	28.583
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	16.715	21.042	25.520
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.939.453	3.912.580	3.026.407
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	484.731	654.499	1.070.993
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	15.235	43.594	483
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	0	126.078	0
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.317.220	874.887	580.780
1.02.03	Imobilizado	67.342	80.146	43.564
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	57.774	80.146	43.564
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	22.227	80.146	43.564
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	35.547	0	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.568	0	0
1.02.04	Intangível	2.294.201	1.969.650	2.007.919
1.02.04.01	Intangíveis	2.294.201	1.969.650	2.007.919
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.105.457	1.835.952	1.847.773
1.02.04.01.02	Software	188.640	133.686	160.146
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	104	12	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	12.309.404	11.237.851	9.366.384
2.01	Passivo Circulante	4.162.838	3.459.488	2.875.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.483	48.028	59.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.483	48.028	59.325
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	58.483	48.028	59.325
2.01.02	Fornecedores	1.374.767	1.410.469	1.024.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.374.767	1.410.469	1.024.557
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.137.221	1.070.011	924.935
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	17.132	29.296	2.008
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	220.414	311.162	97.614
2.01.03	Obrigações Fiscais	274.948	249.492	238.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.196	47.261	110.361
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.064	16.284	71.110
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	40.132	30.977	39.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	163.690	197.207	123.480
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	163.690	197.207	123.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.062	5.024	4.436
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3.062	5.024	4.436
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.466.544	791.961	828.127
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.129.131	420.631	637.557
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	223.966	282.726	67.116
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	905.165	137.905	570.441
2.01.04.02	Debêntures	337.413	371.330	190.570
2.01.04.02.01	Debêntures	337.413	371.330	190.570
2.01.05	Outras Obrigações	988.096	959.243	725.404
2.01.05.02	Outros	988.096	959.243	725.404
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	429.790	473.748	317.774
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	191.983	171.729	130.276

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	72.499	28.935	1.241
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.044	1.338	1.530
2.01.05.02.10	Outras obrigações	207.665	170.922	98.070
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	75.156	98.371	91.892
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	9.959	14.200	2.944
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	0	0	81.677
2.01.06	Provisões	0	295	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	295	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	0	295	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.189.664	4.291.558	3.260.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.192.568	2.929.707	1.662.022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.766.389	1.847.084	319.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	712.228	762.506	304.580
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.054.161	1.084.578	14.429
2.02.01.02	Debêntures	1.426.179	1.082.623	1.343.013
2.02.01.02.01	Debêntures	1.426.179	1.082.623	1.343.013
2.02.02	Outras Obrigações	764.886	1.116.804	1.403.595
2.02.02.02	Outros	764.886	1.116.804	1.403.595
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.971	1.169	3.488
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	89.346	87.977	110.398
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	19.493	8.036	16.820
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	186.130	0	0
2.02.02.02.08	Outras obrigações	850	8.022	15.483
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	60.849	7.359	0
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	378.607	997.855	1.128.538
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	27.640	6.386	1.325
2.02.02.02.12	Passivo financeiro setorial	0	0	127.543
2.02.04	Provisões	232.210	245.047	194.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	232.210	245.047	194.529
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	233	10	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	47.144	35.387	29.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	149.139	136.829	121.936
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	33.542	69.129	42.860
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	2.152	3.692	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.956.902	3.486.805	3.230.548
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.347	914.346	892.246
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.085.347	914.346	892.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.526.721	2.220.037	1.981.033
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.047.562	968.580	934.965
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	109.708
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.430.314	1.202.612	887.515
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-13.837	-6.249	-1.402
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-13.837	-6.249	-1.402

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.568.304	8.109.507	5.993.064
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.130.981	-6.786.648	-5.124.203
3.03	Resultado Bruto	1.437.323	1.322.859	868.861
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-212.381	-403.664	-349.839
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.689	-10.875	-3.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-215.200	-188.373	-249.418
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-126.179	-251.530	-122.457
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	138.687	47.114	25.965
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.224.942	919.195	519.022
3.06	Resultado Financeiro	-420.390	-269.026	-150.345
3.06.01	Receitas Financeiras	475.430	470.859	220.534
3.06.02	Despesas Financeiras	-895.820	-739.885	-370.879
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	804.552	650.169	368.677
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-163.982	-161.582	-103.496
3.08.01	Corrente	-187.974	-185.958	-89.525
3.08.02	Diferido	23.992	24.376	-13.971
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	640.570	488.587	265.181
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	640.570	488.587	265.181
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,2277	6,27558	3,40608
3.99.01.02	PNA	8,72136	6,65211	3,61044
3.99.01.03	PNB	9,05047	6,90314	3,74668
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,2277	6,27558	3,40608
3.99.02.02	PNA	8,72136	6,65211	3,61044
3.99.02.03	PNB	9,05047	6,90314	3,74668

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	640.570	488.587	265.181
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.611	8.624	-11.474
4.02.03	Perda em instrumentos financeiros derivativos	-11.497	-7.344	-1.607
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	3.909	2.497	546
4.02.05	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	-3.065	20.410	-15.777
4.02.06	Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	1.042	-6.939	5.364
4.03	Resultado Abrangente do Período	630.959	497.211	253.707

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	897.003	123.370	997.628
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.403.952	957.506	812.320
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	640.570	488.587	265.181
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	113.124	188.552	81.541
6.01.01.03	Marcação a mercado de ativo indenizável	-191.043	-328.258	-125.733
6.01.01.04	Depreciação e amortização	408.084	341.068	313.230
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	-26.195	222.568	330.684
6.01.01.06	Valor residual de intangível e imobilizado	22.905	354	4.396
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-19.664	-19.898	13.971
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros	21.848	19.700	28.684
6.01.01.09	Ativos e passivos financeiros setoriais	147.050	19.042	-6.591
6.01.01.13	Obrigações com benefício pós-emprego	8.192	8.649	7.391
6.01.01.14	Perda de recebíveis de clientes	13.055	62.978	40.917
6.01.01.15	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	256.274	-45.836	-141.351
6.01.01.18	Marcação a mercado da dívida	9.752	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	96.912	-437.435	442.325
6.01.02.01	Consumidores	-280.699	-488.375	-313.104
6.01.02.02	Créditos de Subvenção desconto tarifário	70.353	-60.932	-16.549
6.01.02.03	Ativos financeiros setoriais	341.599	-537.713	80.131
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	115.048	241.574	125.544
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social a pagar	175.879	185.400	89.435
6.01.02.06	Depósitos vinculados a litígios	787	-1.122	-128
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	136.426	-23.616	-16.996
6.01.02.08	Fornecedores	-35.702	385.912	157.834
6.01.02.09	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-663.206	25.291	25.445
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	10.455	-11.297	16.836
6.01.02.11	Outras obrigações fiscais	-23.543	66.806	-1.837
6.01.02.12	Passivos financeiros setoriais	186.130	-209.220	209.220

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.13	Encargos setoriais	-14.825	-4.816	5.224
6.01.02.14	Outros créditos	48.639	-70.717	16.799
6.01.02.15	Outras obrigações	29.571	65.390	64.471
6.01.03	Outros	-603.861	-396.701	-257.017
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-124.099	-240.226	-118.741
6.01.03.02	Pagamento de processos judiciais e outros	-75.551	-28.560	-35.967
6.01.03.03	Pagamento com benefícios pós-emprego	-10.182	-10.852	-8.297
6.01.03.04	Pagamento de juros (encargos de dívida e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	-251.002	-106.436	-90.053
6.01.03.05	Pagamento de juros de instrumento derivativo	-133.906	-10.202	-3.518
6.01.03.06	Pagamento de juros de arrendamento	-9.121	-425	-441
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.987.500	-1.158.731	-994.095
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-1.980.380	-1.167.941	-974.132
6.02.02	Cauções de depósitos	-868	-2.518	-4.620
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-6.252	11.728	-15.343
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.068.739	1.073.662	70.877
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	2.530.019	1.870.050	533.079
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.277.103	-693.865	-427.269
6.03.05	Recebimento de instrumento derivativo (principal)	-22.816	105.750	63.507
6.03.08	Pagamento de dividendos	-140.608	-199.501	-90.217
6.03.09	Parcelamento especial	-436	-1.541	-1.422
6.03.10	Pagamento de arrendamento (principal)	-20.317	-7.231	-6.801
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.758	38.301	74.410
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	204.316	166.015	91.605
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	182.558	204.316	166.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	171.001	0	-171.001	-160.862	0	-160.862
5.04.01	Aumentos de Capital	171.001	0	-171.001	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-137.000	0	-137.000
5.04.09	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-23.976	0	-23.976
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	0	114	0	114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	638.547	-7.588	630.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	640.570	0	640.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-2.023	-7.588	-9.611
5.05.02.06	Perda atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-3.065	-3.065
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1.042	1.042
5.05.02.08	Transferência para lucros acumulados	0	0	0	-2.023	2.023	0
5.05.02.09	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-11.497	-11.497
5.05.02.10	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	3.909	3.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	477.685	-477.685	0	0
5.06.04	Reserva de lucros - incentivo fiscal - SUDENE	0	0	78.982	-78.982	0	0
5.06.05	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	398.703	-398.703	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.100	0	-131.808	-131.246	0	-240.954
5.04.01	Aumentos de Capital	22.100	0	-22.100	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-117.000	0	-117.000
5.04.08	Aprovação dos dividendos propostos	0	0	-109.708	0	0	-109.708
5.04.09	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-14.309	0	-14.309
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	0	63	0	63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	502.058	-4.847	497.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	488.587	0	488.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13.471	-4.847	8.624
5.05.02.06	Perda atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-7.344	-7.344
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	2.497	2.497
5.05.02.08	Transferência para lucros acumulados	0	0	0	13.471	-13.471	0
5.05.02.09	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	20.410	20.410
5.05.02.10	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-6.939	-6.939
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	370.812	-370.812	0	0
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	-56.963	-164.247	0	-137.210
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	-84.000	0	0	0
5.04.08	Aprovação dos dividendos propostos	0	0	-82.671	0	0	-82.671
5.04.09	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-54.854	0	-54.854
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	109.708	-109.708	0	0
5.04.11	Dividendos prescritos	0	0	0	315	0	315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.768	-1.061	253.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	265.181	0	265.181
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-10.413	-1.061	-11.474
5.05.02.06	Perda atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-15.777	-15.777
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	5.364	5.364
5.05.02.08	Transferência para lucros acumulados	0	0	0	-10.413	10.413	0
5.05.02.09	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-1.607	-1.607
5.05.02.10	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	546	546
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	90.521	-90.521	0	0
5.06.04	Reserva de lucros - incentivo fiscal - SUDENE	0	0	46.080	-46.080	0	0
5.06.05	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	44.441	-44.441	0	0
5.07	SalDOS Finais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	12.238.332	11.998.460	8.389.788
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.254.243	10.982.024	7.469.813
7.01.02	Outras Receitas	138.912	47.114	32.444
7.01.02.03	Outras receitas	138.912	47.114	32.444
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.958.301	1.157.874	969.072
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-113.124	-188.552	-81.541
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.177.908	-7.027.852	-5.240.762
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.030.256	-6.849.294	-5.029.960
7.02.04	Outros	-147.652	-178.558	-210.802
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-147.652	-178.558	-210.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.060.424	4.970.608	3.149.026
7.04	Retenções	-408.086	-341.068	-313.230
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-408.086	-341.068	-313.230
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.652.338	4.629.540	2.835.796
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	475.430	470.859	220.534
7.06.02	Receitas Financeiras	475.430	470.859	220.534
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.127.768	5.100.399	3.056.330
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.127.768	5.100.399	3.056.330
7.08.01	Pessoal	218.079	211.474	194.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	142.387	126.276	126.442
7.08.01.02	Benefícios	31.212	43.480	31.856
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.619	5.488	5.124
7.08.01.04	Outros	38.861	36.230	31.128
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	10.743	9.362	8.183
7.08.01.04.02	Previdência privada	8.025	8.930	8.173
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	20.093	17.938	14.772
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.354.280	3.646.648	2.210.843
7.08.02.01	Federais	1.472.425	1.615.879	651.798

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02.02	Estaduais	1.872.752	2.022.353	1.551.820
7.08.02.03	Municipais	9.103	8.416	7.225
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	914.839	753.690	385.756
7.08.03.01	Juros	185.342	280.504	370.879
7.08.03.02	Aluguéis	19.019	13.805	14.877
7.08.03.03	Outras	710.478	459.381	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	131.309	131.309	164.562
7.08.04.02	Dividendos	131.309	131.309	164.562
7.08.05	Outros	509.261	357.278	100.619
7.08.05.01	Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	33.615	33.615	46.080
7.08.05.02	Reserva de lucro	475.646	323.663	54.539

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022****Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Enel Distribuição Ceará", ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2021, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

1 CONTEXTO SETORIAL**Bandeira Tarifária**

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

Após a revisão tarifária extraordinária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +21,09%.

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

2

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	12.212.544	12.139.898	0,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	8.568.304	8.109.507	5,7%
EBITDA (1) (R\$ mil)	1.604.491	1.235.493	29,9%
Margem EBITDA (%)	18,73%	15,24%	3,49 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	24,27%	17,77%	6,50 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	1.224.942	919.195	33,3%
Margem EBIT (%)	14,30%	11,33%	2,97 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	640.570	488.587	31,1%
Margem Líquida	7,48%	6,02%	1,46 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	9,69%	7,03%	2,66 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	12.597	12.680	-0,7%
CAPEX (R\$ mil)	1.560.114	1.088.170	43,4%
DEC (12 meses)*	10,08	12,02	-16,1%
FEC (12 meses)*	4,23	5,12	-17,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,53%	98,75%	-1,22 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	14,73%	16,32%	-1,59 p.p
PMSO (3) / Consumidor	117,67	257,67	-54,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



3

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2022 com um incremento de 2,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados em 2021. O acréscimo observado no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial Baixa Renda.

Tal aumento é majoritariamente atribuído ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, o crescimento observado também reflete a inclusão de novos entrantes e a recuperação de clientes irregulares que passaram a ser inseridos no faturamento.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 18,8% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	4.210.937	4.104.441	2,6%
Residencial - Convencional	2.362.563	2.583.721	-8,6%
Residencial - Baixa Renda	1.069.324	711.050	50,4%
Industrial	5.823	5.963	-2,3%
Comercial	182.060	181.583	0,3%
Rural	539.690	570.546	-5,4%
Setor Público	51.477	51.578	-0,2%
Clientes Livres	701	590	18,8%
Industrial	209	182	14,8%
Comercial	476	394	20,8%
Rural	10	10	-
Setor Público	6	4	50,0%
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.211.640	4.105.033	2,6%
Consumo Próprio	323	315	2,5%
Consumidores Ativos Não Faturados	1.093	298.255	-99,6%
Total - Número de Consumidores	4.213.056	4.403.603	-4,3%

O mercado cativo totalizou 9.791GWh em 2022, redução de 2,7% do volume registrado em 2021 (10.066 GWh), reflexo dos efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. % (2)
Mercado Cativo	9.791	10.066	-2,7%
Clientes Livres	2.759	2.589	6,6%
Revenda	12	12	-
Consumo Próprio	35	13	>100,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	12.597	12.680	-0,7%

(1) Variação entre 4T22 e 3T22; (2) Variação entre 2022 e 2021

A classe Residencial Baixa Renda apresentou em 2022 uma alta de 23,3%, no volume se comparado ao mesmo período de 2021, reflexo da migração entre classes abordada acima. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,8% frente ao ano anterior, decorrente das condições climáticas desfavoráveis ao longo do período e da migração para classe Baixa Renda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



A classe industrial apresentou reduções de 8,7% em 2022 frente ao mesmo período do ano anterior, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre e parcialmente pela base comparativa de 2021 que foi bastante positiva.

Na classe comercial, o ano de 2022 apresentou uma redução de 2,1% comparado ao mesmo período em 2021, decorrente da migração destes clientes para o mercado livre e das condições climáticas desfavoráveis no período.

Já a classe Rural registrou em 2022 uma queda de volume de 7,5% frente o ano de 2021 decorrente dos efeitos da chuva, onde os agricultores acionaram menos os equipamentos de irrigação.

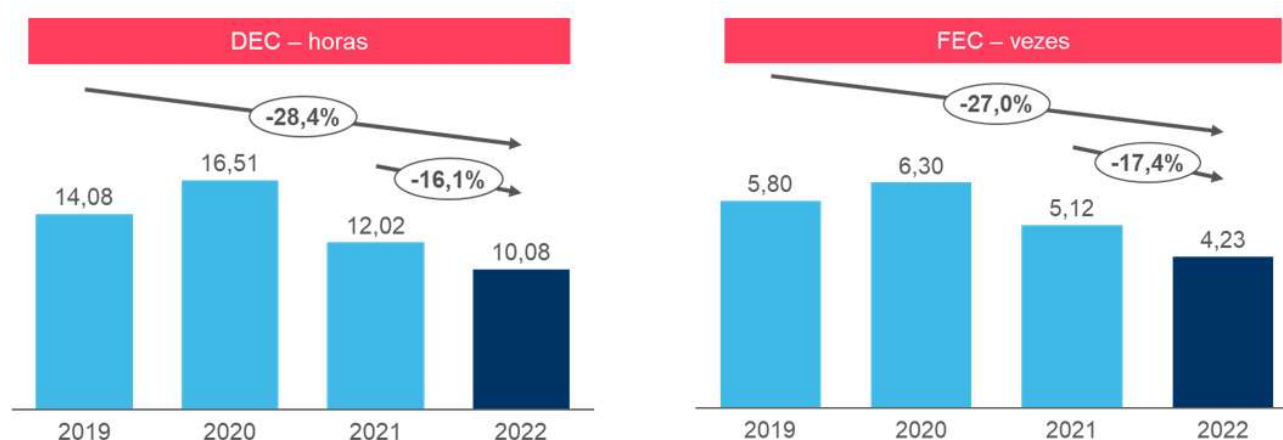
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Residencial - Convencional	3.769	4.180	-9,8%
Residencial - Baixa Renda	1.237	1.003	23,3%
Industrial	515	564	-8,7%
Comercial	1.509	1.542	-2,1%
Rural	1.181	1.277	-7,5%
Setor Público	1.580	1.500	5,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	9.791	10.066	-2,7%

Indicadores de Eficiência e Qualidade

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 16,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior e de 28,4% ao período pré-pandemia, ficando muito próximo ao limite regulatório de 9,84. O FEC de 2022 apresentou uma redução de 17,4% em relação à 2021 e queda de 27,0% se comparado ao período pré-pandemia.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite.

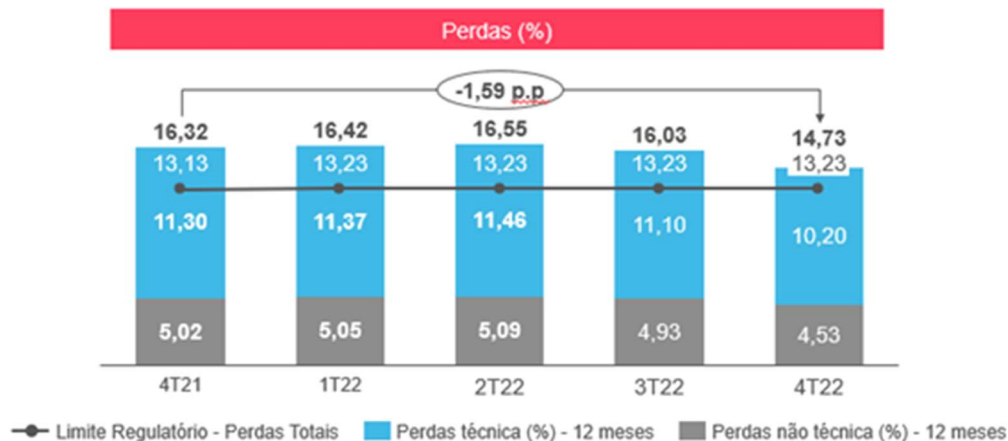


As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) atingiu 14,73% no final de 2022, uma melhora de 1,59 p.p. em relação às perdas registradas no final de 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

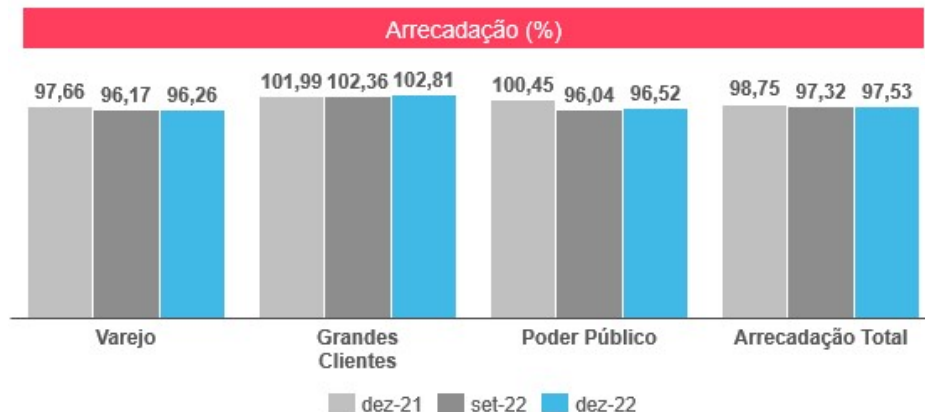
Contribuíram para esta queda a entrada em operação de duas novas subestações de Alta Tensão (Acarau e Ibiapina), impactando em menores perdas técnicas, com uma redução de 27GWh nas perdas técnicas na Alta Tensão e; o menor volume de energia injetada no último trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes, na recuperação de clientes cortados/autoreligados, mapeamento de consumidores clandestinos.



Em relação ao indicador de arrecadação, a redução de 1,21 pontos percentuais no total arrecadado no final de 2022 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, reflete uma ligeira piora de arrecadação parcialmente explicado pela redução com a arrecadação do ICMS (Após a regulamentação da Lei Complementar nº 194, com uma redução de 18%).

A companhia tem realizado ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.



Em 2022 a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação positiva de 5,7%, ou R\$ 458,8 milhões, em relação a 2021, totalizando R\$ 8.568,3 milhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no ano de 2022, alcançou o montante de R\$ 6.610,0 milhões, uma redução de R\$ 341,6 milhões em relação ao ano de 2021, cujo montante foi de R\$ 6.951,6 milhões. Esta redução é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

- Redução de R\$ 795,1 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 177,9 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 137,2 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023; e
- Aumento de R\$ 208,1 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em encargos setoriais, em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020.

A redução na receita operacional no ano foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 176,1 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2021, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário aplicado a partir de abril de 2022 (explicado acima) e impactado positivamente, sobretudo, pelas classes Industrial, Comercial e Poder Público;
- Aumento de R\$ 107,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.
- Redução de R\$ 196,2 milhões no total de tributos no ano de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 149,6 milhões); e
- Redução de R\$ 398,6 milhões nos encargos setoriais relativos principalmente à Conta de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. Em 2021 prevaleceu as bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica enquanto em 2022, houve a vigência da bandeira verde a partir do segundo trimestre;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	8.178.905	8.002.776	2,2%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(41.337)	(27.881)	48,3%
Subvenção baixa renda	295.596	205.934	43,5%
Subvenção de recursos da CDE	250.201	250.764	-0,2%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	8.683.365	8.431.593	3,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	660.445	1.455.569	-54,6%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	473.786	366.206	29,4%
Receita de construção	1.958.301	1.157.874	69,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	70.591	248.579	-71,6%
Marcação a mercado de ativo indenizável	191.043	328.258	-41,8%
Outras receitas	175.013	151.819	15,3%
Total - Receita Operacional Bruta	12.212.544	12.139.898	0,6%
ICMS	(1.872.677)	(2.022.316)	-7,4%
COFINS - corrente	(638.646)	(677.160)	-5,7%
PIS - corrente	(138.653)	(147.015)	-5,7%
ISS	(6.704)	(6.444)	4,0%
Total - Tributos	(2.656.680)	(2.852.935)	-6,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(63.232)	(65.317)	-3,2%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(565.767)	(357.695)	58,2%
Encargos do consumidor - CCRBT	(348.231)	(746.808)	-53,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(10.330)	(7.636)	35,3%
Total - Encargos Setoriais	(987.560)	(1.177.456)	-16,1%
Total - Deduções da Receita	(3.644.240)	(4.030.391)	-9,6%
Total - Receita Operacional Líquida	8.568.304	8.109.507	5,7%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2022 os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 153,1 milhões, ou 2,1%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 5,4 bilhões, 10,7% ou R\$ 647,4 milhões inferior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 6,0 bilhões. Este resultado é justificado principalmente pelas seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis em R\$ 730,6 milhões no ano de 2022 (queda de R\$ 69,8 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado principalmente pela: (i) redução de R\$ 75,4 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no acumulado do ano justificado principalmente por ações realizadas no período; (ii) redução na linha de perda de recebíveis de clientes no montante de R\$ 49,9 milhões em relação ao ano de 2021; e queda de R\$13,4 milhões na rubrica e despesa com pessoal. Essa queda (ex custo de construção) foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento de R\$ 72,8 milhões com despesa em Material e Serviços de Terceiros, em função principalmente dos maiores custos com reequilíbrio de contratos, pagamento mínimo e disponibilidade de materiais; (ii) Aumento de R\$ 41,8 milhões com receita de multas por impontualidade de clientes, justificado pela intensificação das ações por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência; e (iii) Aumento de R\$ 63,3 milhões na linha de depreciação e amortização;
- Redução dos custos não-gerenciáveis em 12,5% em relação ao registrado no ano de 2021. Tal variação é explicada, principalmente pela queda na rubrica energia elétrica comprada para revenda em R\$ 320,4 milhões, e redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 257,2 milhões, tendo em vista a melhora das condições hídricas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

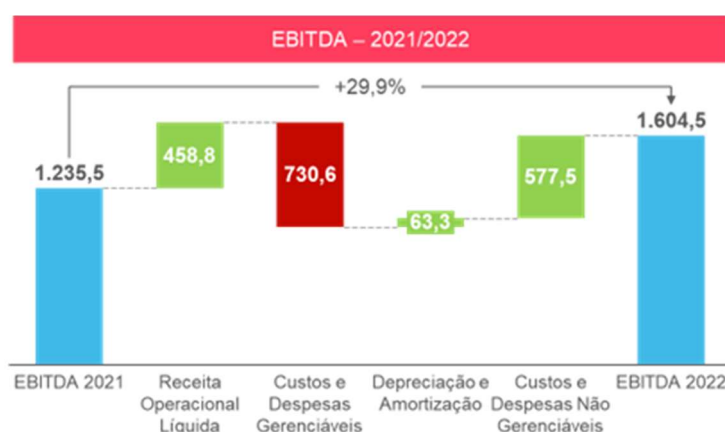
Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022

**CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)**

	2022	2021	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.330.380)	(3.650.748)	-8,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(715.625)	(972.802)	-26,4%
Total - Não gerenciáveis	(4.046.005)	(4.623.550)	-12,5%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(162.434)	(175.832)	-7,6%
Material e Serviços de Terceiros	(653.716)	(580.948)	12,5%
Depreciação e Amortização	(379.549)	(316.298)	20,0%
Custo na desativação de bens	(4.036)	1	<-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(113.124)	(188.552)	-40,0%
Custo de Construção	(1.958.301)	(1.157.874)	69,1%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(21.848)	(19.700)	10,9%
Perda de recebíveis de clientes	(13.055)	(62.978)	-79,3%
Receita de multas por impontualidade de clientes	83.914	42.075	99,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(75.208)	(106.656)	-29,5%
Total - Gerenciáveis	(3.297.357)	(2.566.762)	28,5%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(7.343.362)	(7.190.312)	2,1%

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2022 o EBITDA da Enel Ceará atingiu o montante de R\$ 1.604,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 369,0 milhões em relação ao ano de 2021. A margem EBITDA da Companhia em 2022 foi de 18,7%, um aumento de 3,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia em 2022 foi de 24,3%, o que representa um aumento de 6,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Resultado Financeiro**

Em 2022, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 420,4 milhões, R\$ 151,3 milhões superior ao registrado em 2021. A variação observada explica-se, principalmente, pelo:

- Aumento líquido de despesa de R\$ 266,1 milhões nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



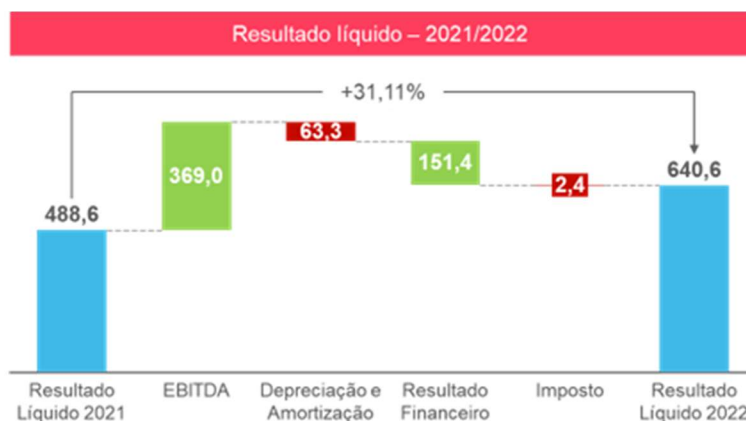
em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados para financiar investimentos e capital de giro;

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de aplicação financeira	29.930	7.026	>100,0%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	59.861	78.542	-23,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	265.295	57.236	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-	-	-
Outras receitas financeiras	15.623	23.112	-32,4%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(17.562)	(7.906)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	353.147	158.010	>100,0%
Despesas financeiras			
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(71.598)	(117.953)	-39,3%
Encargos de Dívidas e debêntures	(272.881)	(134.038)	>100,0%
Marcação a mercado de Dívida	(28.380)	-	-
Encargos fundo de pensão	(7.583)	(6.788)	11,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(118.245)	(38.194)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(40.571)	(59.673)	-32,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(186.389)	(34.766)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(8.074)	(6.964)	15,9%
Outras despesas financeiras	(46.878)	(23.333)	>100,0%
Total - Despesas Financeiras	(780.599)	(421.709)	85,1%
Variações Cambiais	7.062	(5.327)	<-100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	74.692	(82.183)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(69.885)	80.602	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	2.255	(3.746)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(420.390)	(269.026)	56,3%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Em 2022 a Companhia registrou lucro de R\$ 640,6 milhões, um incremento de R\$ 152,0 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da melhora do EBITDA, conforme explicação acima.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022****Endividamento Financeiro**

A dívida bruta da Companhia encerrou 2022 em R\$ 4.763 milhões, um incremento de R\$ 1.048 milhões em relação a 2021. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.654 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 517 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 773 milhões e R\$ 385 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 37 milhões.

A Companhia encerrou 2022 com o custo médio da dívida no período de 13,33% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2022	2021	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	4.762.861	3.714.368	28,2%
Dívida com Terceiros	3.810.543	2.986.918	27,6%
Dívida Intercompany	952.318	727.450	30,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	269.458	284.964	-5,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.493.403	3.429.404	31,0%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (1)*	2,72	2,47	10,2%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (1)*	2,56	2,28	12,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,56	0,52	8,8%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,55	0,50	10,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022



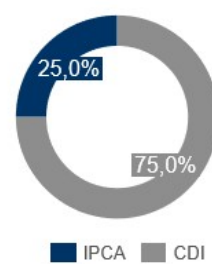
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em dez/22



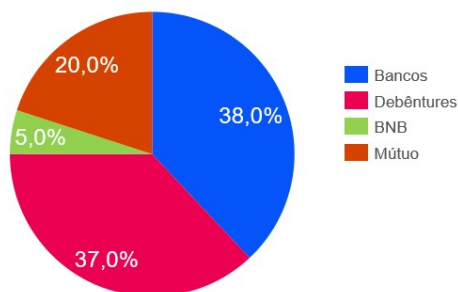
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em dez/22



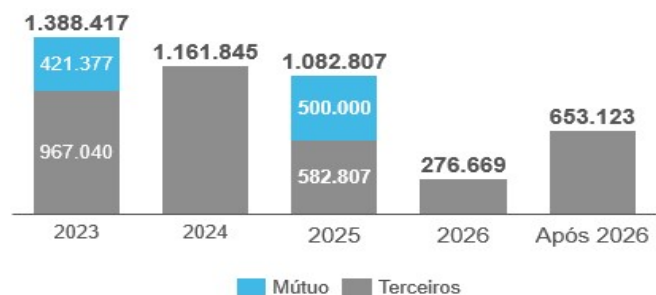
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em dez/22



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em dez/22



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em dez/22



6

INVESTIMENTOS

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 1.560,1 milhões, um aumento de 43,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, montante recorde da companhia nos últimos 10 anos, dos quais: (i) R\$459,3 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou crescimento de 71,8% frente 2021, reflexo dos esforços em melhoria nos serviços; e (ii) R\$651,0 milhões de investimento em novas conexões crescendo 13,5% vis-à-vis o ano de 2021.

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2022	2021	Var. %
Novas Conexões	651.020	573.455	13,5%
Rede	459.299	267.321	71,8%
Combate às Perdas	96.690	47.433	>100,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	214.018	123.062	73,9%
Adequação à carga	148.591	96.826	53,5%
Outros	449.795	247.394	81,8%
Total Investido	1.560.114	1.088.170	43,4%
Aportes / Subsídios	(13.367)	(12.533)	6,7%
Investimento Líquido	1.546.746	1.075.637	43,8%

7

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

desenvolvimento local, a Enel Distribuição Ceará atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará em 2022 que contou com 57 ações, registramos o avanço geral de 103% no fechamento do ano, sendo avanço de 90% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 110% em metas para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Ceará, os 115 projetos desenvolvidos em 2022 beneficiaram mais de 530 mil pessoas, com um investimento de R\$ 51,5 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 8,5 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, foi concedido mais de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também foram trocadas gratuitamente cerca de 5,6mil geladeiras e 107 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Subestação Sustentável – Trata-se da primeira subestação a contar com obra 100% sustentável no Ceará, desenvolvida pelo projeto Canteiro Sustentável. Com ações voltadas para a preservação do meio ambiente e com foco na cidadania, a empresa trabalhou na construção desse empreendimento de maneira mais sustentável, colocando em prática a redução, o reúso e a reciclagem de materiais. Foram reaproveitados 370 kg de madeira, além de reciclar outras 24 toneladas deste material. Também foram reciclados tijolos, metais, plásticos e papel. Com a participação do programa Ecoenel, foram reciclados 663 kg desses resíduos, possibilitando uma economia de mais de 1.500 KWh de energia. Foram realizadas ações com foco no desenvolvimento social e na cidadania, a partir das quais foram substituídas 775 lâmpadas ineficientes por modelos em LED, agregadas a palestras sobre uso consciente de energia, beneficiando a população da região. Outro ponto foi a contratação de mão de obra local para trabalhar na construção da obra, gerando emprego e renda para 40 pessoas, além de ações educativas em duas escolas da cidade, atendendo a 183 alunos. Localizada no município de Pindoretama, o empreendimento irá beneficiar, direta e indiretamente, mais de 178 mil cearenses. Com um investimento de mais de R\$ 29 milhões, a obra vai proporcionar melhorias na qualidade do fornecimento de energia na região.

Enel Compartilha Eficiência – Troca de Geladeiras: O programa tem como foco possibilitar adequação da conta de energia ao orçamento de famílias de baixa renda, por meio da troca de um refrigerador antigo por um novo equipamento com selo A do PROCEL. Durante as trocas de geladeiras, também são realizadas as

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

substituições de lâmpadas comuns por modelos em LED, mais econômicas. Durante o ano de 2022, o programa realizou 85 eventos de troca de geladeiras, e ações de uso consciente e seguro da energia elétrica. As atividades ocorreram em 61 municípios, beneficiando 45.371 pessoas com a troca de 5.640 geladeiras e 21.300 lâmpadas. Como destaque, o programa atuou em três festivais nos municípios de Juazeiro do Norte (Juaforró), Crato (Expocrato) e Tejuçuoca (Tejubode). Também realizamos o primeiro evento inclusivo, destinado para o público LGBTQIA+, e ações conjuntas nos eventos da Caravana Enel, Energia Legal e Superação.

Ecoenel – O programa de reciclagem da Enel Distribuição Ceará atingiu um recorde de arrecadação no ano de 2022. Com cerca de 3,3 mil toneladas de resíduos recicláveis arrecadados, o programa concedeu cerca de R\$ 1,2 milhão em bônus na conta de energia, beneficiando 21.681 clientes participantes. Os resultados podem ser comparados à preservação de 26 mil árvores em função da reciclagem de papel, na emissão evitada de 9,7 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera, e na economia de energia de 13.436.160 MWh. O Ecoenel é desenvolvido por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz, aliando a formação de uma rede de parcerias entre cliente, empresa e reciclador. A partir disso, o programa promove a união de economia e sustentabilidade.

Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE): A ONEE 2022 é uma iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), coordenada pelo Instituto Abradee de Energia e com a realização de distribuidoras de energia elétrica, que operam em 24 estados e no Distrito Federal. A Enel Distribuição Ceará participou da edição de 2022, divulgando a iniciativa por meio do programa Enel Compartilha Energia na Escola e de outros projetos da plataforma Enel Compartilha. A iniciativa promove a educação sobre o consumo consciente de energia elétrica para alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de todas as regiões do Brasil. Professores foram capacitados para o tema e multiplicaram o conhecimento aos seus alunos. Ao longo da competição, os estudantes participam de diversas atividades, provas e desafios que contaram com o conceito da gamificação. A Enel Ceará contou com a participação de 14.660 estudantes de 490 escolas, em 111 municípios do estado.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa promove a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e possibilita a geração de renda para grupos produtivos e pequenos empreendedores por meio de suas produções artesanais. Um dos projetos realizados é a Coleção Energia, que utiliza o conceito de upcycling e da economia criativa para produção de novos materiais. A Enel Distribuição Ceará iniciou suas atividades no projeto por meio do evento Dragão Fashion Brasil, incorporando à passarela peças de figurino com reaproveitamento de resíduos têxteis e fardamentos doados pela Enel e suas empresas parceiras, compondo o desfile assinado por figurinistas renomados. Para melhorar a qualidade da Coleção, as artesãs participaram de uma oficina voltada para a modelagem e costura das peças, orientadas por estilistas de moda, que trouxeram peças masculinas e femininas, totalizando 30 modelos que compõem a nova Coleção. As peças da Coleção Energia da empresa são comercializadas no site do Fuxico na Rede e a renda gerada com as vendas das peças é destinada aos grupos produtivos participantes do projeto.

Enel Compartilha Inclusão Digital: O projeto favorece a democratização digital por meio de cursos de capacitação nas mais diversas áreas da informática e do acesso às tecnologias da informação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, além de disponibilizar acesso aos serviços de atendimento da Enel. Como resultados do ano de 2022, tivemos sete telecentros em funcionamento totalizando 29 cursos e beneficiando 569 pessoas, entre eles, turmas para PCD's (deficientes visuais e auditivos), introduzindo-os à informática com o desenvolvimento de habilidades básicas para uso de programas para edição de texto e planilhas digitais. Para ampliar o projeto, foi realizada a doação de 75 notebook's para cinco instituições do Programa Conta Contigo da Enel, com o objetivo de fortalecer salas de informática já existentes para a realização de atividades, por meio de cursos e oficinas que irão beneficiar as comunidades do entorno. Nesse sentido, as cinco instituições funcionaram como novos telecentros durante o ano de 2023, realizando e evidenciando as atividades mensalmente.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDh): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDh em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surtem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição Ceará conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

8**RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*****Certificação Top Employer:**

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022:

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking “Valor Inovação Brasil 2022” como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022****Empresa Amiga da Criança**

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL:

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, consequentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

9

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Cargo	Diretoria Executiva
Diretor-Presidente	Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes	Charles d' Capdeville
Diretor de Adm, Finanças, Controle e de RI	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação	VAGO
Diretor de Compras	VAGO
Diretor Jurídico	Ana Claudia Gonçalves Rebello

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - Enel Distribuição Ceará 2022**

Conselho de Administração	
Cargo	Conselheiros
Presidente do Conselho de Administração	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro de Administração Titular	Mario Fernando de Melo Santos
Conselheiro de Administração Titular	Nicola Cotugno
Conselheiro de Administração Titular	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro de Administração Titular	Gino Celentano
Conselheiro de Administração Titular	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro de Administração Titular	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro de Administração Titular	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro de Administração Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro de Administração Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro de Administração Suplente	Luiz Flavio Xavier de Sá
Conselheiro de Administração Suplente	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheiro de Administração Suplente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro de Administração Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure

Conselho Fiscal	
Cargo	Conselheiros
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Carlos Antonio Vergara Cammas

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2019.

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, não existe qualquer negociação de venda em curso, que estaria representado por um plano de venda provável.

1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar de R\$ 3.451 – vide nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário abril de 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27/IAS 16 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50/IFRS 17- Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável da concessão, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, aplicado a partir de 13 de agosto de 2022 (Resolução Homologatória nº 3.061/2022), reajuste na tarifa de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%, sendo de -2,96%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 193.725, dentre os quais, destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de R\$ 433.117; (ii) Sobrecontratação de R\$ 47.892, (iii) escassez hídrica de R\$ 149.553, parcialmente compensado por itens positivos, como (iv) itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") R\$ 568.258, e (v) Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

3.2. Bandeira tarifária

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	38.483	27.864
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	26.461	11.120
Fundos de investimento aberto	-	14.053
Operações compromissadas	117.614	151.279
	144.075	176.452
Total	182.558	204.316

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 98,18% do CDI (99,56% do CDI em 31 de dezembro de 2021). As operações compromissadas foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 84,43% do CDI (73,39% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	86.652	80.048
Fundos de investimentos exclusivos (a)	248	600
Títulos públicos	229	414
LF - Letra Financeira	19	186
Total	86.900	80.648

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,64% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 96,75% do CDI.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos.

Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada (RNF): O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses vide nota explicativa nº 25.

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide tabela abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			31.12.2022
Classes de consumidores:									
Residencial	249.116	218.594	21.689	51.392	101.394	307.163	949.348	(390.609)	558.739
Industrial	21.683	10.410	451	1.387	1.903	20.361	56.195	(9.688)	46.507
Comercial	67.536	29.358	3.188	6.704	11.668	78.565	197.019	(53.674)	143.345
Rural	74.144	42.685	4.881	9.799	19.531	97.728	248.768	(64.668)	184.100
Poder público	40.136	11.916	3.614	6.220	8.651	26.643	97.180	(13.159)	84.021
Iluminação pública	29.738	11.613	2.517	8.705	28.450	74.546	155.569	(49.622)	105.947
Serviço público	15.751	5.165	935	2.834	5.468	19.415	49.568	(15.407)	34.161
Fornecimento faturado	498.104	329.741	37.275	87.041	177.065	624.421	1.753.647	(596.827)	1.156.820
Receita não faturada	417.084	-	-	-	-	-	417.084	(5.949)	411.135
Parcelamento de débitos	3.571	14.626	10.362	25.045	60.062	163.578	277.244	(19.638)	257.606
Venda de Energia Excedente - MVE	3.197	-	-	-	-	-	3.197	-	3.197
Compartilhamento - uso mútuo	11.081	6.617	3.085	8.430	16.502	34.141	79.856	(42.117)	37.739
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.027	26.027	(16.093)	9.934
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	933.037	350.984	50.722	120.516	253.629	863.456	2.572.344	(695.913)	1.876.431
								Circulante	1.712.853
								Não circulante	163.578

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021		31.12.2021
Classes de consumidores:									
Residencial	235.746	231.990	23.893	61.108	87.110	230.802	870.649	(322.853)	547.796
Industrial	21.110	11.654	632	851	1.843	21.775	57.865	(14.353)	43.512
Comercial	76.107	37.973	5.409	13.205	11.469	71.123	215.286	(59.293)	155.993
Rural	78.266	42.499	3.285	11.340	21.053	75.204	231.647	(67.160)	164.487
Poder público	32.464	16.445	2.409	3.886	6.661	21.014	82.879	(11.460)	71.419
Iluminação pública	41.926	19.371	3.971	7.519	15.662	47.768	136.217	(40.665)	95.552
Serviço público	20.052	4.333	1.022	1.687	2.146	13.404	42.644	(11.678)	30.966
Fornecimento faturado	505.671	364.265	40.621	99.596	145.944	481.090	1.637.187	(527.462)	1.109.725
Receita não faturada	389.575	-	-	-	-	-	389.575	(7.664)	381.911
Parcelamento de débitos	4.289	18.194	13.495	42.296	63.914	115.421	257.609	(10.971)	246.638
Venda de Energia Excedente - MVE	6.787	-	-	-	-	-	6.787	-	6.787
Compartilhamento - uso mútuo	9.670	16.299	3.845	9.521	31.623	16.745	87.703	(67.749)	19.954
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.933	26.933	-	26.933
Compensação de Iluminação Pública	-	70.037	-	-	-	-	(70.037)	-	(70.037)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	915.992	328.721	57.961	151.413	241.481	655.478	2.351.046	(629.135)	1.721.911
-									
								Circulante	1.606.490
								Não circulante	115.421

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses – ECL*") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default – PD*") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default – LGD*"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	31.12.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(121.885)	55.107	(695.913)
Outros créditos	(3.400)	(4.294)	-	(7.694)
	(632.535)	(126.179)	55.107	(703.607)
Circulante	(617.246)			(688.318)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	31.12.2021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(441.524)	(250.589)	62.978	(629.135)
Outros créditos	(2.459)	(941)	-	(3.400)
	(443.983)	(251.530)	62.978	(632.535)
Circulante	(428.694)			(617.246)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão	(126.179)	(251.530)
	(126.179)	(251.530)

7. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsídio CDE	25.088	11.294
Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a)	(21.977)	-
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(446)	5.399
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	1.542	(8.475)
Bônus - Redução voluntária de consumo (b)	3.451	69.793
	7.658	78.011

- (a) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 66.342, restando um saldo de R\$ 3.451 a ser ressarcido.

8. Tributos a compensar

8.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	-	84.711
Contribuição social (a)	-	31.230
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	-	20.485
Total	-	136.426

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. O saldo de imposto de renda apresentado é composto pelo montante de imposto de renda a pagar de R\$ 48.429 e do montante de imposto de renda compensável no montante de R\$ 13.520. E o saldo de contribuição social apresentado é composto pelo montante de contribuição social a pagar de R\$ 34.843 e do montante de contribuição social compensável no montante de R\$ 1.688. O saldo em 31 de dezembro de 2021, é composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações foram compensadas após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Maiores informações, vide nota explicativa nº. 20.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF é apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

8.2. Outros tributos compensáveis

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	119.310	130.842	84.496	82.605
PIS e COFINS	80.236	-	16.864	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	429.790	353.889	473.748	571.894
Outros tributos	1.634	-	1.142	-
Total	630.970	484.731	576.250	654.499

- (c) Do total de crédito de ICMS, cerca de: (i) R\$ 186.562 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos e; (ii) R\$ 33.662 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar no circulante e não circulante de R\$ 429.790 e R\$ 353.889 respectivamente, em 31 de dezembro de 2022.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 20).

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	341.266	(415.489)	-	(329.618)	39.137	(1.319)	79.106	180.176	(101.070)	110.119	(31.013)
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	(7.819)	41.106	(123.215)	-	144.243	18.753	(1.319)	71.749	58.971	12.778	67.828	3.921
Proinfa	2.077	18.812	(16.191)	-	-	1.700	-	6.398	6.398	-	6.398	-
Transporte rede básica	27.073	50.379	(21.333)	-	-	3.483	-	59.602	4.515	55.087	42.698	16.904
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (b)	429.471	168.869	(228.555)	-	(473.861)	10.224	-	(93.852)	96.169	(190.021)	(35.544)	(58.308)
Conta de desenvolvimento energético - CDE (c)	(5.673)	62.100	(26.195)	-	-	4.977	-	35.209	14.123	21.086	28.739	6.470
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	593.324	141.344	(441.716)	12.783	107.914	(722.405)	(235.214)	(31.721)	(203.493)	(80.097)	(155.117)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	35.433	14.898	-	-	(949)	-	16.798	(4.373)	21.171	10.302	6.496
Sobrecontratação de energia	(34.636)	85.803	43.739	-	(6.587)	4.980	-	93.299	(11.973)	105.272	60.996	32.303
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.159)	(41.010)	29.613	-	-	(12.928)	-	(143.484)	(7.403)	(136.081)	(7.403)	(136.081)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.376)	5.376
Risco hidrológico	(145.172)	(126.481)	145.434	-	-	(11.528)	-	(137.747)	(36.288)	(101.459)	(106.614)	(31.133)
Bandeira Escassez Hídrica (d)	-	209.276	-	-	-	10.901	-	220.177	-	220.177	-	220.177
Outros (e)	405.093	430.303	(92.340)	(441.716)	19.370	117.438	(722.405)	(284.257)	28.316	(312.573)	(32.002)	(252.255)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	934.590	(274.145)	(441.716)	(316.835)	147.051	(723.724)	(156.108)	148.455	(304.563)	30.022	(186.130)

(a) Aquisição de energia (CVAenerg): A variação do diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas termoeletricas e redução do PLD médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 55,70.

(b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) CDE: Maior diferimento ativo, devido reajuste das cotas homologadas, conforme resolução homologatória nº. 3.004 de dezembro de 2021 que definiu as cotas mensais de janeiro de 2022 a abril de 2022 e a resolução homologatória nº. 3.034 de 26 de abril 2022 que definiu as cotas mensais de maio de 2022 a dezembro 2022.

(d) Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:

- (i) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3.

- (ii) Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 209.276 referente ao financeiro da bandeira proporcional ao período de abril e dezembro de 2022.

(e) Outros:

- i. Recebimento Escassez Hídrica e CDE Eletrobrás no montante total de R\$ 441.716, refere-se:
 - a. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 273.448. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3.
 - b. Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás 168.267 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022.
- ii. O valor informado na coluna reclassificação, no montante total de R\$ 723.724 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº 20.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	33.199	1.218.256	(129.912)	(691.222)	14.808	445.129	9.617	435.512	311.492	133.637
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(47.408)	742.447	(70.254)	(642.814)	10.210	(7.819)	(13.345)	5.526	(9.515)	1.696
Proinfa	9.453	(1.665)	(5.882)	-	171	2.077	2.078	(1)	2.078	(1)
Transporte rede básica	42.031	20.774	(38.103)	-	2.371	27.073	7.030	20.043	20.922	6.151
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	456.181	(19.512)	(48.408)	2.116	429.471	18.217	411.254	303.278	126.193
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	519	3.839	-	(60)	(5.673)	(4.363)	(1.310)	(5.271)	(402)
Demais passivos financeiros setoriais	(242.419)	208.178	159.047	(55.498)	4.234	73.542	(104.101)	177.643	81.101	(7.559)
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(30.416)	6.931	-	789	(32.584)	(1.779)	(30.805)	(23.131)	(9.453)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	6.419	37.860	(55.498)	(2.082)	(34.636)	(7.820)	(26.816)	(26.408)	(8.228)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(31.454)	29.613	-	(3.020)	(119.160)	(29.613)	(89.547)	(29.613)	(89.547)
Risco hidrológico	(134.326)	(147.812)	133.978	-	2.989	(145.171)	(36.570)	(108.601)	(111.847)	(33.324)
Outros	37.429	411.441	(49.335)	-	5.558	405.093	(28.319)	433.412	272.100	132.993
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	1.426.434	29.135	(746.720)	19.042	518.671	(94.484)	613.155	392.593	126.078

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Benefício fiscal**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.12.2022	31.12.2021
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(726.549)	(713.823)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	396.669	388.270
Total	16.715	21.042

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.12.2022	Percentual
Em 2023	3.960	23,69%
Em 2024	3.625	21,69%
Em 2025	3.316	19,84%
Em 2026	3.036	18,16%
Em 2027	2.778	16,62%
Total	16.715	100,00%

11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2022	31.12.2021
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	17.482	15.594
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	14.487	15.507
Total		31.969	31.101

12. Contratos de concessão público - privados

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 22 de abril de 2023.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	1.170.404	(12.530)	1.157.874
Capitalização de juros de empréstimos	268	-	268
Transferências para ativo intangível	(314.575)	-	(314.575)
Transferências para ativo indenizável	(556.397)	-	(556.397)
Transferências para ativo imobilizado	6.937	-	6.937
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	1.971.670	(2.969)	1.968.701
Capitalização de juros de empréstimos	181	-	181
Reclassificação	33.179	(33.179)	-
Transferências para ativo intangível	(724.744)	71.165	(653.579)
Transferências para ativo indenizável	(942.351)	104.140	(838.211)
Reclassificações para ativo imobilizado	(34.759)	-	(34.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.413.494	(96.274)	1.317.220

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022			31.12.2021
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.175.519	(96.274)	1.079.245	736.740
Software	235.573	-	235.573	138.147
Veículos	2.402	-	2.402	-
Total	1.413.494	(96.274)	1.317.220	874.887

12.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	3.912.580	3.026.407
Transferências do ativo contratual	838.211	556.397
Atualização do ativo financeiro da concessão	191.043	328.258
Reclassificações para ativo intangível	(2.381)	1.518
Saldo Final	4.939.453	3.912.580

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2022				31.12.2021
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.850.426	(3.485.555)	(259.414)	2.105.457	1.835.952
Software	465.546	(276.906)	-	188.640	133.686
Bens de renda	464	(360)	-	104	12
Total	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201	1.969.650

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Baixas	(354)	-	-	(354)
Amortização	-	(368.287)	35.627	(332.660)
Transferência dos ativos contratuais	314.575	-	-	314.575
Transferência dos ativos de concessão	(19.830)	-	-	(19.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Baixas	(95.174)	85.128	-	(10.046)
Amortização	-	(451.403)	69.928	(381.475)
Transferência dos ativos contratuais	724.744	-	(71.165)	653.579
Reclassificações	424	(424)	-	-
Reclassificações dos ativos imobilizados *	(95.904)	152.501	3.515	60.112
Reclassificações do ativo indenizável *	2.381	-	-	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201

(*) Durante o ano de 2022 a companhia realizou reclassificações entre os quadros que compõem o ativo imobilizado e os ativos de infraestrutura relacionados à concessão para melhor apresentação dos saldos da seguinte forma: R\$ 60.112 do ativo imobilizado e R\$ 2.381 do ativo financeiro indenizável totalizando R\$ 62.493 para o ativo intangível.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2021	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação *	31.12.2022
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	934	-	-	-	3.065	1.135	5.134
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(452)	1.054	1.890	41.481
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	3.392	8.406	22.636
Subtotal	51.621	-	-	(452)	7.511	11.431	70.111
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(704)	-	(55)	-	-	-	(759)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(1.310)	452	-	120	(36.999)
Veículos	(2.048)	-	(65)	-	-	1.567	(546)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(886)	-	-	-	(9.580)
Subtotal	(47.707)	-	(2.316)	452	-	1.687	(47.884)
Imobilizado em curso							
Terreno	-	(17)	-	-	-	17	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	762	(6.209)	-	-	(3.065)	9.084	572
Máquinas e equipamentos	43.731	1.770	-	-	(2.279)	(40.430)	2.792
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	3.275	-	-	(2.167)	757	5.442
Subtotal	54.689	(1.181)	-	-	(7.511)	(36.429)	9.568
Total do imobilizado	58.603	(1.181)	(2.316)	-	-	(23.311)	31.795
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	819	(309)	-	-	(475)	184
Imóveis	(2.154)	52.379	(11.440)	(12.859)	-	3.470	29.396
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(12.544)	-	-	(5.037)	5.967
Subtotal	21.543	53.198	(24.293)	(12.859)	-	(2.042)	35.547
Total	80.146	52.017	(26.609)	(12.859)	-	(25.353)	67.342

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou reclassificações entre os quadros que compõem o ativo imobilizado e os ativos de infraestrutura relacionados à concessão, para melhor apresentação dos saldos da seguinte forma: R\$ 34.759 do ativo contratual para o ativo imobilizado e R\$ 60.112 do ativo imobilizado para o ativo intangível totalizando um efeito líquido de reclassificações de R\$ 25.353 no ativo imobilizado.

	31.12.2020	Adição	Depreciação/ Amortização	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	30	-	-	(30)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	(25.246)	38.989
Veículos	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	(45.083)	10.838
Subtotal	120.195	-	-	(68.574)	51.621
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(29)	(675)	(704)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(1.139)	14.686	(36.261)
Veículos	-	-	(1.606)	(442)	(2.048)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(612)	27.322	(8.694)
Subtotal	(85.212)	-	(3.386)	40.891	(47.707)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	9.630	111	30.955	43.731
Veículos	-	434	-	6.185	6.619
Móveis e utensílios	2.891	3	-	683	3.577
Subtotal	5.926	10.067	111	38.585	54.689
Total do imobilizado	40.909	10.067	(3.275)	10.902	58.603
Ativo de direito de uso					
Terrenos	352	-	(201)	(2)	149
Imóveis	2.303	-	(4.932)	475	(2.154)
Veículos e outros meios de transporte	-	23.548	-	-	23.548
Subtotal	2.655	23.548	(5.133)	473	21.543
Total	43.564	33.615	(8.408)	11.375	80.146

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:



Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,04
Imóveis	4,50
Veículos	1,06

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia	438.031	251.446
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 29)	814	188.831
Encargo de Uso da Rede	95.705	275.728
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 29)	343	27
Total energia	534.893	716.032
Materiais e serviços	620.617	572.133
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 29)	219.257	122.304
Total fornecedores	1.374.767	1.410.469

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 119.675 (R\$ 53.624 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Empréstimos e financiamentos**

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

15.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022						31.12.2021					
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total Circulante + Não Circulante	
Moeda estrangeira:												
União Federal – Bônus de Desconto	70	-	70	5.954	-	5.954	15	-	15	6.368	6.383	
União Federal – Bônus ao Par	110	-	110	8.533	-	8.533	118	-	118	9.126	9.244	
SCOTIABANK 4131 III	2.464	406.799	409.263	-	-	-	-	-	-	-	-	
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	-	2.635	-	2.635	435.084	437.719	
BNP 4131 II - COELCE	685	-	685	122.503	-	122.503	732	-	732	131.020	131.752	
BNP 4131 III - COELCE	-	-	-	-	-	-	537	131.020	131.557	-	131.557	
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	1.458	209.393	210.851	-	-	-	1.578	-	1.578	223.955	225.533	
Sumitomo 4131 - COELCE	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	1.270	-	1.270	279.025	280.295	
Citibank 4131 - COELCE	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	-	-	-	-	-	
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	-	-	-	-	-	
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	770	-	770	127.142	2.654	129.796	-	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	14.091	616.192	630.283	1.044.409	9.752	1.054.161	6.885	131.020	137.905	1.084.578	1.222.483	
Moeda nacional:												
Empréstimos e financiamentos												
Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	-	2.449	2.449	1.347	3.796	
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	3	2.061	2.064	-	-	-	8	4.121	4.129	2.061	6.190	
FINEP	2	94	96	572	-	572	2	-	2	663	665	
BNB II	269	44.101	44.370	211.656	-	211.656	317	48.379	48.696	258.435	307.131	
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	274	46.256	46.530	212.228	-	212.228	327	54.949	55.276	262.506	317.782	
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Finance International II	453	274.429	274.882	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Finance International N.V.	26.661	-	26.661	500.000	-	500.000	15.237	-	15.237	500.000	515.237	
Mútuos Enel BR	-	150.775	150.775	-	-	-	1.116	211.097	212.213	-	212.213	
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	27.114	425.204	452.318	500.000	-	500.000	16.353	211.097	227.450	500.000	727.450	
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	41.479	1.087.652	1.129.131	1.756.637	9.752	1.766.389	23.565	397.066	420.631	1.847.084	2.267.715	

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:**

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR III	70.429	05/01/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IV	110.556	31/01/2022	24/03/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR V	100.638	15/02/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VI	50.315	21/02/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Semestral	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VII	352.205	04/03/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VIII	80.335	20/06/2022	29/07/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	20/07/2022	23/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	22/08/2022	23/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XI	42.165	20/09/2022	23/09/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Semestral	USD + 5,45%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XII	20.082	20/10/2022	27/10/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,96%	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Semestral	USD + 5,45%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIII	50.216	16/11/2022	28/11/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,06%	Capital de giro	N/A
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Trimestral	EURIBOR + 0,94	Capital de giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR I	190.971	13/12/2021	04/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Semestral	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	677.436	23,40%	656.923	26,06%
TJLP	668	0,02%	669	0,03%
Taxa fixa	1.389.615	47,99%	1.292.960	51,28%
IPCA	256.026	8,84%	267.704	10,62%
Moeda Estrangeira				
Libor	6.024	0,21%	6.232	0,25%
USD SOFR	290.869	10,05%	296.799	11,77%
EURIBOR	274.882	9,49%	0	0,00%
Total	2.895.520	100%	2.521.287	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a

15.4. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.12.2022					
2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total não Circulante
446.812	963.053	288.455	48.938	19.131	1.766.389

15.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.12.2022
	%
Moeda Nacional	
CDI *	3%
TJLP **	0%
SELIC *	3%
Moeda Estrangeira	
Libor *	0%
USD SOFR *	2%
EURIBOR *	-9%

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:**

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	211.800	500.000	135.000	1.023.250	1.870.050
Encargos provisionados	37.903	-	13.566	-	51.469
Encargos pagos	(21.002)	-	(10.635)	-	(31.637)
Variação monetária e cambial	-	32.950	36.016	46.166	115.132
Transferências	75.024	(75.024)	(733)	733	-
Amortizações	(88.115)	-	(605.750)	-	(693.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	150.775	876.941	270.603	631.700	1.930.019
Encargos provisionados	8.125	111.665	9.069	20.403	149.262
Encargos pagos	(8.130)	(101.407)	(3.370)	(18.215)	(131.122)
Variação monetária e cambial	-	17.912	(57.689)	(13.226)	(53.003)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	9.752	9.752
Transferências	(205.409)	205.409	660.831	(660.831)	-
Amortizações	(4.121)	(1.160.798)	(112.184)	-	(1.277.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	223.966	712.228	905.165	1.054.161	2.895.520

15.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobras	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Debêntures**

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

16.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022					31.12.2021			
	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão	-	-	-	-	-	798	175.000	-	175.798
2ª Série 5ª emissão	503	98.650	98.650	-	197.803	519	-	186.845	187.364
1ª Série 6ª emissão	241	40.000	-	-	40.241	185	-	40.000	40.185
2ª Série 6ª emissão	918	-	349.438	-	350.356	949	-	330.922	331.871
1ª Série 7ª emissão	6.871	175.000	-	-	181.871	7.819	175.000	175.000	357.819
2ª Série 7ª emissão	13.449	-	376.384	-	389.833	12.800	-	356.440	369.240
1ª Série 8ª emissão	4.647	-	604.772	18.629	628.048	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(2.866)	(21.694)	-	(24.560)	-	(1.740)	(6.584)	(8.324)
Total de debêntures	26.629	310.784	1.407.550	18.629	1.763.592	23.070	348.260	1.082.623	1.453.953

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

16.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2030	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Anual	600	Reperfilamento de dívidas

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	175	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	222.112	13%	399.771	21%
IPCA	1.541.480	87%	1.542.966	79%
Total	1.763.592	100%	1.942.737	100%

16.4. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	Após 2025	Total
2ª Série 5ª emissão	98.650	-	-	98.650
2ª Série 6ª emissão	214.438	135.000	-	349.438
2ª Série 7ª emissão	376.384	-	-	376.384
1ª Série 8ª emissão	-	-	623.401	623.401
(-) Custo de transação	(21.694)	-	-	(21.694)
Total a amortizar	667.778	135.000	623.401	1.426.179

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.12.2022
Indexador	%
Moeda Nacional	
CDI *	8%
IPCA *	-8%
SELIC *	0%

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

16.6. Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	85.004	85.004
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	82.569	-	82.569
Encargos pagos	(75.067)	-	(75.067)
Transferências	345.394	(345.394)	-
Apropriação custo de transação	2.864	-	2.864
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	53.687	53.687
Amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Encargos provisionados	52.109	71.510	123.619
Encargos pagos	(53.799)	(66.262)	(120.061)
Marcação a Mercado Dívida	-	18.629	18.629
Transferências	313.724	(313.724)	-
Constituição custo de transação	-	(20.284)	(20.284)
Apropriação custo de transação	4.049	-	4.049
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.413	1.426.179	1.763.592

17. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2022	31.12.2021	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>						
Terrenos	644	351	02/10/2024	13	Mensal	de 5,37% a.a até 13,69% a.a
Imóveis	31.062	2.153	02/11/2031	54	Mensal	de 0,00% a.a até 20,01% a.a
Veículos	5.893	18.082	26/10/2024	13	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
Total	37.599	20.586				
Circulante	9.959	14.200				
Não circulante	27.640	6.386				
	37.599	20.586				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.12.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2023	14.617	(4.658)	9.959
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	43.416	(15.776)	27.640
Até 2 anos - 2024	7.672	(3.905)	3.767
Até 3 anos - 2025	6.386	(3.442)	2.944
Até 4 anos - 2026	6.281	(2.977)	3.304
2027 em diante	23.077	(5.452)	17.625
Total circulante e não circulante	58.033	(20.434)	37.599

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Adições	-	23.548	23.548
Pagamentos de principal	(7.231)	-	(7.231)
Pagamentos de juros	(425)	-	(425)
Transferências	18.487	(18.487)	-
Encargos provisionados	425	-	425
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Adições	-	52.197	52.197
Remensuração	-	(11.859)	(11.859)
Pagamentos de principal	(20.317)	-	(20.317)
Pagamentos de juros	(9.121)	-	(9.121)
Transferências	19.084	(19.084)	-
Encargos provisionados	6.113	-	6.113
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.959	27.640	37.599

18. Obrigações fiscais**18.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	34.909	13.131
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	33.155	3.153
Total	68.064	16.284

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos (saldos a compensar), pois no exercício de 2022 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 8.

18.2. Outras obrigações fiscais

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	-	-	-	638	1.169	1.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	29.696	-	29.696	18.209	-	18.209
Programa de integração social - PIS	6.342	-	6.342	3.928	-	3.928
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	3.903	-	3.903	8.202	-	8.202
Outros tributos e contribuições	191	-	191	-	-	-
Subtotal - Federais	40.132	-	40.132	30.977	1.169	32.146
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	163.057	1.971	165.028	190.366	-	190.366
Refis Parcelamento ICMS	633	-	633	6.841	-	6.841
Subtotal - Estaduais	163.690	1.971	165.661	197.207	-	197.207
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	3.055	-	3.055	5.016	-	5.016
Outros tributos e contribuições	7	-	7	8	-	8
Subtotal - Municipais	3.062	-	3.062	5.024	-	5.024
Total outros tributos a pagar	206.884	1.971	208.855	233.208	1.169	234.377

- (b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 163.057 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possui saldos a pagar, tendo liquidado a operação integralmente. As parcelas eram atualizadas mensalmente pela SELIC.

	31.12.2022	31.12.2021
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	1.807	4.719
(-) Pagamento principal	(436)	(1.541)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.543)
(+) Atualização	172	172
Saldo final	-	1.807
Circulante	-	638
Não circulante	-	1.169
Total do passivo	-	1.807

19. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	-	14.938
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	51.745	40.686
Programa de Eficiência Energética (PEE)	39.555	47.575
Outros	3.349	3.208
Total	94.649	106.407
Circulante	75.156	98.371
Não Circulante	19.493	8.036

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 3. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 723.724.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante total compensado acumulado de R\$ 779.708. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante compensado foi de R\$ 323.717 (R\$ 290.130 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	429.790	473.748
Ativo não circulante	353.890	571.894
Total do Ativo	783.680	1.045.642
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	429.790	473.748
Passivo não circulante	378.607	997.855
Total do Passivo	808.397	1.471.603

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312
Atualizações	25.807	25.807
Compensações	(290.130)	-
Outros	-	(516)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	68.195	68.195
Compensações	(323.717)	-
Devolução aos consumidores	-	(723.724)
Outros	(6.440)	(7.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	783.680	808.397

21. Obrigações com benefício pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

i. Plano de Contribuição Definida (CD)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

ii. Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

iii. Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Companhia testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:**

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.196.708	1.256.967
Valor justo dos ativos do plano	(1.340.151)	(1.300.235)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	233.833	132.583
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	90.390	89.315

b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos atos das disposições constitucionais transitórias.

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(10)	145	340	1.404	1.879
Custo dos juros líquidos	(11)	(7)	5.465	1.323	6.770
Contribuições reais do empregador	(95)	(222)	(4.771)	(5.764)	(10.852)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	116	84	(14.022)	(6.588)	(20.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(608)	(39)	260	1.031	644
Custo dos juros líquidos	(25)	(10)	5.760	1.823	7.548
Contribuições reais do empregador	(55)	(293)	(6.134)	(3.700)	(10.182)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	688	342	2.960	(925)	3.065
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66.799	23.591	90.390
				Circulante	1.044
				Não Circulante	89.346

Atualmente os planos BD e CD apresentam um superávit atuarial total de R\$ 233.833 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 90.390 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021) atestado por avaliação independente.

c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.256.967	1.412.549
Custo dos serviços correntes	644	1.879
Contribuição dos empregados	489	1.318
Custos dos juros	113.281	98.834
Benefícios pagos	(109.902)	(86.595)
Perda atuarial	(64.771)	(171.018)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.196.708	1.256.967

d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.300.234	1.377.248
Rendimento esperado dos ativos do plano	118.313	97.630
Contribuições dos empregados	489	1.318
Contribuições do empregador	10.183	10.852
Benefícios pagos	(109.902)	(86.595)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	20.834	(100.219)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.340.151	1.300.234

e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	89.315	111.928
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	644	1.879
Juro líquidos conforme laudo atuarial	7.548	6.770
Pagamento de contribuições	(10.182)	(10.852)
Ajustes de avaliação atuarial	3.065	(20.410)
Saldo do final do exercício	90.390	89.315

f) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	132.583	76.627
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.581	5.566
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	88.669	50.390
	233.833	132.583

g) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente bruto	644	1.879
Custo do serviço líquido	644	1.879
Juros sobre a obrigação atuarial	113.281	98.834
Rendimento esperado dos ativos no ano	(118.313)	(97.630)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.581	5.566
Juros líquidos sobre o passivo	7.549	6.770
Total das despesas no exercício	8.193	8.649

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2022	31.12.2021
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	20.834	(100.219)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	64.771	171.018
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(88.669)	(50.390)
Montante reconhecido no exercício em ORA	(3.064)	20.409

i) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Renda fixa	1.133.040	84,55%	1.102.713	84,81%
Renda variável	79.711	5,95%	86.988	6,69%
Investimentos imobiliários	97.716	7,29%	87.345	6,72%
Outros	29.684	2,21%	23.187	1,78%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.340.151	100,00%	1.300.233	100,00%

j) Premissas atuariais utilizadas:**No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:**

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,30%	9,46%	9,36%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,30%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

k) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

Custo dos serviços correntes	1.152
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	118.136
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	24.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	(133.946)
Total da despesa projetada para 2023	9.684

l) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022	1.104.436		1.883		66.799		23.590	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	(43.140)	46.531	(31)	32	(942)	782	(563)	46.531
Total da obrigação do benefício definido	1.061.296	1.150.967	1.852	1.915	65.857	67.581	23.027	70.121

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo, visto que os referidos aumentos seriam absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

22. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Apoiada na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia decidiu que fossem provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

22.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
Sub-total	241.355	89.127	(63.899)	40.571	(77.095)	230.058
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
Total	245.342	89.127	(63.899)	40.571	(78.930)	232.210

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
Fiscais (d)	-	57	-	-	(47)	10
Sub-Total	194.529	90.008	(70.308)	59.673	(32.547)	241.355
Outras Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
Total	194.529	104.566	(70.308)	59.673	(43.118)	245.342

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos regulatórios**Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.122, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 4.656, está classificado como perda possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela ENEL em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 2.603.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 22.906. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.041, está classificado como perda possível.

Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em dezembro de 2022 é de R\$ 2.890.

- c.5) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.
- c.6) Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

22.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	206.571	585.523
Cíveis (b)	2.127.028	1.743.513
Fiscais (c)	1.016.538	874.171
Juizados especiais	1.150	2.109
Regulatórios	5.697	25.276
Total	3.356.984	3.230.592

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 45 ações previdenciárias que totalizam R\$ 112.478 em 31 de dezembro de 2022 (41 ações - R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos fiscais**c1). Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos totalizam R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.206 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.210 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

c3). Temas federais

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

22.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica "Depósitos vinculados", e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	19.010	18.210
Cíveis	24.850	26.731
Fiscais	4.151	3.857
Total	48.011	48.798

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.12.2022	31.12.2021
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Composição acionária**

	Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Total de Ações	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 10.

h) Destinação de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro do exercício	640.570	488.587
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(78.982)	(33.615)
(+) Reversão de dividendos prescritos	114	63
Lucro ajustado	561.702	455.035
Juros de capital próprio	(137.000)	(117.000)
Dividendo mínimo obrigatório	(23.976)	(14.309)
	400.726	323.726
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(2.023)	13.471
Reserva reforço de capital de giro	398.703	337.197

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 12 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 131.309, sendo que deste montante foram pagos R\$ 117.000 de juros sobre capital próprio; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 337.197. Do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$ 171.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Aprovação de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - TJLP

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 1 de julho de 2022, no montante de até R\$ 95.000. E em 7 de outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou também o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 42.000. Os pagamentos foram efetivados em dezembro de 2022.

i) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	395.489	301.654
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	232.455	177.302
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	12.627	9.631
	<u>640.570</u>	<u>488.587</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	8,2277	6,2756
Ação preferencial - Classe A	8,7214	6,6521
Ação preferencial - Classe B	9,0505	6,9031

25. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.353.499	5.006.374	3.184.518	3.294.771	5.177.882	3.416.005
Industrial	5.767	515.231	919.833	5.963	562.931	855.759
Comercial	181.293	1.509.206	1.653.629	181.583	1.533.878	1.497.500
Rural	532.646	1.180.465	763.059	570.546	1.278.020	786.021
Poder público	31.267	656.746	618.403	31.318	540.828	487.400
Iluminação pública	11.658	637.079	347.347	11.626	652.788	323.583
Serviço público	8.732	285.814	273.871	8.634	306.312	245.946
Suprimento e revenda	2	12.164	1.161	2	11.811	987
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.595.108)	-	-	(3.182.383)
Fornecimento faturado	4.124.864	9.803.079	4.166.713	4.104.443	10.064.450	4.430.818
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	417.084	-	-	389.575
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.595.108	-	-	3.182.383
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(41.337)	-	-	(27.881)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.124.864	9.803.079	8.137.568	4.104.443	10.064.450	7.974.895
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	660.445	-	-	1.455.569
Subvenção baixa renda	-	-	295.596	-	-	205.934
Subvenção de recursos da CDE	-	-	250.201	-	-	250.764
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	701	2.759.651	473.786	590	2.588.738	366.206
Receita de construção	-	-	1.958.301	-	-	1.157.874
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	70.591	-	-	248.579
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	191.043	-	-	328.258
Outras receitas	-	-	175.013	-	-	151.819
Total outras receitas	701	2.759.651	4.074.976	590	2.588.738	4.165.003
Receita operacional bruta	4.125.565	12.562.730	12.212.544	4.105.033	12.653.188	12.139.898
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.872.677)	-	-	(2.022.316)
COFINS - corrente	-	-	(638.646)	-	-	(677.160)
PIS - corrente	-	-	(138.653)	-	-	(147.015)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(63.232)	-	-	(65.317)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(565.767)	-	-	(357.695)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(348.231)	-	-	(746.808)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(10.330)	-	-	(7.636)
ISS	-	-	(6.704)	-	-	(6.444)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.644.240)	-	-	(4.030.391)
Receita operacional líquida	4.125.565	12.562.730	8.568.304	4.105.033	12.653.188	8.109.507

(*) Não auditado pelos auditores independentes

25.1. Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 25.3.

25.2. Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

25.3. Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

25.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

25.5. Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

25.6. Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Créditos a receber – subvenção e Outros" - vide nota explicativa nº 7.

25.7. Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

25.8. Impostos sobre vendas

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv e 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% e 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2022					2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(120.411)	-	(42.023)	-	-	(162.434)	(130.919)	-	(44.913)	-	-	(175.832)
Material	(31.920)	-	(4.190)	-	-	(36.110)	(24.072)	-	337	-	-	(23.735)
Serviços de terceiros	(553.391)	(9.689)	(54.526)	-	-	(617.606)	(501.975)	(10.875)	(44.363)	-	-	(557.213)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.330.380)	-	-	-	-	(3.330.380)	(3.650.748)	-	-	-	-	(3.650.748)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(715.625)	-	-	-	-	(715.625)	(979.938)	-	-	-	-	(979.938)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	7.136	-	-	-	-	7.136
Depreciação e amortização	(352.940)	-	(26.609)	-	-	(379.549)	(307.890)	-	(8.408)	-	-	(316.298)
Custo na desativação de bens	(4.036)	-	-	-	-	(4.036)	1	-	-	-	-	1
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(113.124)	-	(113.124)	-	-	-	(188.552)	-	(188.552)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(13.055)	-	(13.055)	-	-	-	(62.978)	-	(62.978)
Custo de construção	(1.958.301)	-	-	-	-	(1.958.301)	(1.157.874)	-	-	-	-	(1.157.874)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(21.848)	-	-	(21.848)	-	-	(19.700)	-	-	(19.700)
Outras despesas operacionais	(63.977)	-	(66.004)	-	(225)	(130.206)	(40.369)	-	(71.326)	-	-	(111.695)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	83.914	83.914	-	-	-	-	42.075	42.075
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	54.998	54.998	-	-	-	-	5.039	5.039
Subtotal	(7.130.981)	(9.689)	(215.200)	(126.179)	138.687	(7.343.362)	(6.786.648)	(10.875)	(188.373)	(251.530)	47.114	(7.190.312)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.1. Custo do serviço de energia elétrica**a) Energia elétrica comprada para revenda**

Custo com energia elétrica comprada para revenda	2022	2021
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(1.116.726)	(1.581.487)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(156.440)	36.103
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(1.644.757)	(1.426.448)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(161.235)	(100.223)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(139.422)	(93.343)
Cotas de garantia física	(361.612)	(334.721)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER	-	82.461
Risco Hidrológico (i)	(47.999)	(572.285)
Exposição Involuntária	-	(23.226)
Outros	(18.713)	3.347
(-) Crédito de PIS e COFINS	316.524	359.074
Subtotal	(3.330.380)	(3.650.748)

- i. Referente a variação do risco hidrológico: houve a redução da provisão de risco hidrológico devido à melhora do cenário hidrológico no período fazendo com que as geradoras hidroelétricas operem acima da sua garantia física gerando menores valores provisionados para dezembro de 2022.

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargo de uso do sistema de transmissão	2022	2021
Rede básica	(479.323)	(432.541)
Encargos de conexão	(48.822)	(47.567)
(-) Crédito de PIS e COFINS	113.485	166.872
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	7.136
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(300.965)	(666.702)
Total	(715.625)	(972.802)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	29.930	7.026
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	59.861	78.542
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-
Reversão de atualização de CDE	-	-
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	265.295	57.236
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	-
Juros fundo de pensão	35	18
Outras receitas financeiras	15.588	23.094
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(17.562)	(7.906)
Subtotal	353.147	158.010
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(17.911)	(32.949)
Variação monetária de debêntures	(53.687)	(85.004)
Encargos de dívidas	(149.262)	(51.469)
Juros debêntures	(123.619)	(82.569)
Encargos fundo de pensão	(7.583)	(6.788)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(118.245)	(38.194)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(40.571)	(59.673)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(36.039)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(150.350)	(34.766)
Dívida - Marcação a mercado	(28.380)	-
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	182	295
Atualizações de impostos	(5.007)	(4.453)
Atualização P&D/PEE	(3.067)	(2.511)
IOF/IOC	(9.937)	(1.130)
Apropriação custo de transação	(4.049)	(2.864)
Comissão de fiança e seguro garantia	(5.131)	(4.731)
Encargos de mútuos	-	-
Juros em arrendamento	(6.113)	(425)
Custos pré-pagamento - BNDES	-	-
Outras despesas financeiras	(21.830)	(14.473)
Subtotal	(780.599)	(421.704)
Variações cambiais de dívidas	74.692	(82.183)
Variações cambiais de outras operações	2.255	(3.751)
Subtotal das variações cambiais líquidas	7.062	(5.332)
Total do resultado financeiro	(420.390)	(269.026)

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(196.101)	(70.855)	(157.250)	(62.323)
Diferidos	17.611	6.381	13.730	10.646
Incentivo fiscal	78.982	-	33.615	-
Total	(99.508)	(64.474)	(109.905)	(51.677)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	804.552	804.552	650.169	650.169
Adições:				
Gratificação a administradores	2.083	2.083	18.860	18.860
Doações	223	223	187	187
Perdão de Dívida Indedutível	46.439	46.439	25.397	25.397
Outras despesas indedutíveis	-	-	(117.000)	(117.000)
Juros sob capital Próprio (JSCP)	(137.000)	(137.000)	-	-
Total das adições	(88.255)	(88.255)	(72.556)	(72.556)
Base de cálculo	716.297	716.297	577.613	577.613
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(179.050)	(64.467)	(144.379)	(51.985)
Incentivos fiscais	79.567	-	33.615	-
Ajustes de períodos anteriores	(25)	(7)	859	308
Total da despesa com tributos	(99.508)	(64.474)	(109.905)	(51.677)
Alíquota efetiva	12,37%	8,01%	16,90%	7,95%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	78.220	82.061	(3.841)	13.280	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	214.417	171.516	42.901	87.750	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	60.582	59.541	-	-	1.042	(6.938)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	45.222	3.262	38.051	-	3.909	2.541
Arrendamento - CPC 06 (R2)	698	369	329	(180)	-	-
Outras provisões	41.879	34.862	7.017	14.675	-	-
Total dos diferidos ativos	442.823	353.416	84.457	115.525	4.951	(4.397)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.392)	(1.434)	42	46	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(361.233)	(294.160)	(67.073)	(113.157)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	2.092	-	2.092	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	(44)	44	27.663	-	(44)
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(1.271)	(5.701)	4.430	(5.701)	-	-
Total dos diferidos passivos	(361.804)	(301.339)	(60.465)	(91.149)	-	(44)
Ativo fiscal diferido, líquido	81.019	52.077				
			23.992	24.376	4.951	(4.441)
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-		
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			23.992	24.376		

(b.2) Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano de realização	31.12.2022
2023	226.077
2024	7.822
2025	7.822
2026	7.822
2027 a 2029	109.233
2030 a 2032	84.047
Total	442.823

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o benefício apurado foi de R\$ 78.982 (R\$ 33.615 em 31 de dezembro de 2021) reconhecido no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

29.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(74.589)	(31.297)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(84.852)	(59.588)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(167.456)	(156.860)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(1.401)	(484)	-	(2.699)
Mútuo	Julho de 2022 a janeiro de 2023	(150.775)	(212.213)	(38.021)	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(28.532)	(5.362)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(507.605)	(465.804)	(38.021)	(2.699)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29.2. Empresas em controle comum**

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(66.799)	(63.953)	-	(8.649)
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(66.799)	(63.953)	-	(8.649)
Comissão		-	843	848	840
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	843	848	840
Prestação de serviços de desenvolvimento		(230)	(1.884)	-	(1.159)
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(230)	(1.884)	-	(1.159)
Multa contratual		(106)	-	(206)	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(106)	-	(206)	-
Suprimento de energia - CCEAR		(814)	(188.831)	(1.132.475)	(1.595.608)
ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	(744)	(9.438)	(8.348)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(187.266)	(1.116.726)	(1.581.487)
ENEL Green Power Paranapanema		(100)	(97)	(1.140)	(1.057)
ENEL Green Power Mourão		(28)	(28)	(328)	(305)
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(119)	(106)	(799)	(726)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(70)	(60)	(535)	(486)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(196)	(175)	(1.318)	(1.198)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(156)	(142)	(1.136)	(1.038)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(145)	(213)	(1.055)	(963)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(343)	818	(4.088)	(3.547)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(343)	818	(4.088)	(3.547)
Consumo Próprio		-	-	64	55
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	64	55
Mútuo		(801.543)	(515.237)	(80.910)	(28.860)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(526.661)	(515.237)	(76.630)	(28.860)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	(274.882)	-	(4.280)	-
Reembolso expatriados		(1.281)	(1.313)	(381)	(1.250)
ENEL SPA	Até o final da concessão	670	670	-	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(82)	(87)	-	94
ENEL Itália		(102)	-	(122)	271
ENEL AMERICAS		(586)	(618)	32	(174)
Enel Global Services S.r.l.		200	-	200	-
Enel Grids S.r.l.		(1.381)	(1.278)	(491)	(1.441)
Venda de ativo imobilizado		(9.977)	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2023	(9.977)	-	-	-
Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM		(803)	(899)	-	-
Enel Iberia SRL		(803)	(899)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		(9.533)	(13.497)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2024	(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(7.052)	(6.462)	-	-
ENEL CIEN S.A.		845	(278)	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D **		-	1.810	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	(5.241)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		(891.429)	(783.953)	(1.217.148)	(1.638.178)
	(-) Benefícios pós-emprego	(66.799)	(63.953)	-	(8.649)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(824.630)	(720.000)	(1.217.148)	(1.629.529)

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Suprimento de energia – CCEAR Sistema de transmissão**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Abaixo o quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V. I	453	274.429	-	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	-	150.775	-	1.116	211.097	-
Enel Finance International N.V. II	26.661	-	500.000	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	27.114	425.204	500.000	16.353	211.097	500.000

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.255	5.394
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	67	63
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	437	416
Total	5.759	5.873

30. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30.1. Instrumentos financeiros****30.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2022		31.12.2021	
Rúbrica	Categoria	Nível*	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	182.558	182.558	204.316	204.316
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	86.900	86.900	80.648	80.648
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	31.969	31.969	31.101	31.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.876.431	1.876.431	1.721.911	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	30.022	30.022	518.671	518.671
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	43.594	43.594
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.939.453	4.939.453	3.912.580	3.912.580
Total do ativo			7.147.333	7.147.333	6.512.821	6.512.821
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	936.194	903.395	1.045.232	833.509
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.135.544	1.160.104	1.453.953	1.462.277
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	628.048	628.048	-	-
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.585.760	1.468.537	1.222.483	583.349
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	373.566	373.566	36.294	36.294
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	81.786	81.786	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	21.963	21.963	20.586	20.586
Arrendamentos	Custo amortizado	2	37.599	37.599	-	-
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	186.130	186.130	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.374.767	1.374.767	1.410.469	1.410.469
Total do passivo			6.361.357	6.235.895	5.189.017	4.346.484

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,225%	CDI + 0,80%	400.000
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
BNP III	01/04/2021	28/03/2022	Cashflow Hedge	USD + 1,57%	CDI + 0,55%	135.000
Scotiabank IV	16/07/2021	17/07/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,51%	CDI + 1,25%	210.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
ITAU 4131 EFI II	13/12/2022	12/06/2023	Cashflow Hedge	EURIBOR 3M + 0,94%	CDI + 0,30%	270.603

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	45.836
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(7.344)
Recebimento de principal	(105.750)
Pagamento de juros	10.736
Recebimento de Juros	(534)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(220.235)
Marcação a mercado no resultado	(36.039)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(11.497)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	133.906
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(103.749)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Scotiabank III	(17.062)	(18.018)	955	-
BNP II	(22.163)	(16.688)	(5.475)	-
Scotiabank IV	(15.963)	(12.990)	(2.973)	-
Sumitomo	(40.529)	(24.312)	(16.216)	-
Citibank	8.702	8.740	(39)	-
Itaú I (8ª Debêntures)	(3.128)	(350)	-	(2.778)
Itaú II (8ª Debêntures)	(2.346)	(262)	-	(2.083)
BTG Pactual (8ª Debêntures)	(3.218)	(421)	-	(2.797)
Scotiabank V	(7.299)	(3.076)	-	(4.223)
Scotiabank VI	(5.972)	(4.227)	-	(1.746)
ITAU 4131 EFI II	5.229	2.446	2.783	-
	(103.749)	(69.158)	(20.965)	(13.627)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Scotiabank III	USD + 1,225%	409.263	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,225%	(401.367)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,80%	418.429	Cashflow hedge
		17.062	
BNP II	USD + 2,14%	123.187	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(117.733)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	139.896	Cashflow hedge
		22.163	
Scotiabank IV	USD + 1,51%	210.852	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,51%	(204.577)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	220.540	Cashflow hedge
		15.963	
Sumitomo	USD + 2,1257%	262.040	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(245.446)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	285.975	Cashflow hedge
		40.529	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	290.869	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(286.714)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	278.013	Cashflow hedge
		(8.701)	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	628.048	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(209.349)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	212.477	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(157.012)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	159.358	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(261.687)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	264.905	Fair value hedge
		8.692	
Scotiabank V	USD + 5,45%	243.000	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(237.936)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	245.235	Fair value hedge
		7.299	
Scotiabank V	USD + 5,45%	130.566	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(127.845)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	133.818	Fair value hedge
		5.973	
EFI II - Credit Agreement			
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EURIBOR + 0,94%	(278.012)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,30%	272.784	Cashflow hedge
		(5.228)	

Notas Explicativas



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

30.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	182.558	204.316
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	86.900	80.648
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	-	7.300
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	1.876.431	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	30.022	518.671
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	4.939.453	3.912.580
Total de exposição		7.115.364	6.445.426

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	31.12.2021
AAA	226.935	257.086
AA+	17.249	14
Total geral	244.184	257.100

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2022	31.12.2021
AA-	(103.749)	7.300
Total geral	(103.749)	7.300

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais,

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	2.895.520	2.267.715
Debentures (Nota 16)	1.763.592	1.453.953
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 30)	103.749	(7.300)
Dívida	4.762.861	3.714.368
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(182.558)	(204.316)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(86.900)	(80.648)
Dívida líquida (a)	4.493.403	3.429.404
Patrimônio líquido (b) (Nota 23)	3.956.902	3.387.355
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	53%	50%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 53% (50% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	411.407	8.610	234.355	822.000	-	1.476.372
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.110	16.183	46.711	528.879	16.556	612.439
Debêntures	-	203.344	212.322	1.041.610	795.506	2.252.782
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	152.087	43.180	319.649	612.624	-	1.127.540
Total	567.604	271.317	813.037	3.005.113	812.062	5.469.133

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	32.712	36.464	135.232	269.089	68.568	542.065
Total	32.712	36.464	135.232	269.089	68.568	542.065

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b.4) Riscos de mercado****b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Selic	248	0,10%	600	0,23%
CDI	243.936	99,90%	256.500	99,77%
Total	244.184	100,00%	257.100	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	4.939.453	100,00%	3.912.580	100,00%
Total	4.939.453	100,00%	3.912.580	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	30.151	0,63%	36.099	0,98%
TJLP	668	0,01%	665	0,02%
CDI	3.530.976	74,14%	2.483.939	66,87%
IPCA	1.194.017	25,07%	1.187.282	31,96%
Libor	6.024	0,13%	6.383	0,17%
USD SOFR	4.155	0,09%	-	0,00%
EURIBOR 3M	(3.130)	-0,07%	-	0,00%
Total	4.762.861	100,00%	3.714.368	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2023		
		31.12.2022	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	248	33	25	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	243.936	32.182	24.137	16.091
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	4.939.453	206.315	154.736	103.158
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	2.631.428	281.343	341.869	400.799
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(628.048)	(68.817)	(76.314)	(83.727)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(1.334.905)	(86.204)	(286.418)	(452.791)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(286.714)	(19.165)	(23.263)	(27.361)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da EURIBOR	(278.012)	(5.087)	(6.061)	(7.034)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	2.064	31	31	31
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	1.387.551	90.489	300.422	474.871
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	668	54	65	76
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	899.548	83.624	101.744	119.385
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.797.506	181.616	203.056	224.258
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	6.024	821	2.282	3.512
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	290.869	19.165	23.263	27.361
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	274.882	5.087	6.061	7.034
			721.487	765.635	805.680

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 17 e 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	171	7.855	7.684	14.241	14.070
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(167)	(7.704)	(7.537)	(13.966)	(13.799)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	4.766	5.811	1.045	6.828	2.062
BNP 4131 II - COELCE	10.810	38.759	27.949	61.983	51.173
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(10.332)	(37.043)	(26.711)	(59.239)	(48.907)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	19.649	23.840	4.191	27.920	8.271
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	10.651	38.553	27.902	61.740	51.089
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(10.334)	(37.406)	(27.072)	(59.902)	(49.568)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	18.227	22.096	3.869	25.863	7.636
Sumitomo 4131 - COELCE	22.959	82.409	59.450	131.811	108.852
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(21.505)	(77.191)	(55.686)	(123.464)	(101.959)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	39.995	48.561	8.566	56.902	16.907
CITIBANK 4131 - COELCE	19.165	23.263	4.098	27.361	8.196
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(19.165)	(23.263)	(4.098)	(27.361)	(8.196)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	39.020	47.349	8.329	55.458	16.438
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	67.883	75.153	7.270	82.342	14.459
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(22.939)	(25.438)	(2.499)	(27.909)	(4.970)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	29.098	35.462	6.364	41.658	12.560
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(17.204)	(19.078)	(1.874)	(20.932)	(3.728)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	21.824	26.596	4.772	31.243	9.419
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(28.674)	(31.797)	(3.123)	(34.886)	(6.212)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	36.146	44.079	7.933	51.803	15.657
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	29.142	84.420	55.278	130.354	101.212
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(28.534)	(82.661)	(54.127)	(127.638)	(99.104)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	35.521	42.870	7.349	50.026	14.505
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	15.658	45.359	29.701	70.041	54.383
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(15.332)	(44.414)	(29.082)	(68.581)	(53.249)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	19.076	23.086	4.010	26.989	7.913
EFI II - Credit Agreement	5.087	6.061	974	7.034	1.947
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA	(5.087)	(6.061)	(974)	(7.034)	(1.947)
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP	18.021	22.119	4.098	26.108	8.087
Total	283.596	351.645	68.049	416.793	133.197

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

	31.12.2022
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.959.326
Exposição patrimonial	1.959.326
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.533.850)
Exposição líquida	425.476

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos**c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 4.007.201 em 2023, R\$ 2.561.041 em 2024, R\$ 2.535.583 em 2025, R\$ 2.372.103 em 2026 e R\$ 40.662.016 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

32. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão seguros por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$6.946.262	R\$5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	R\$0	R\$104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	R\$0	R\$77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	R\$103.723
-	Riscos frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	R\$1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

33. Informações complementares às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Compensações de PIS e COFINS (nota 20)	(323.717)	(290.130)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debêntures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2022	2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(251.002)	(106.436)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(181)	(268)
	(251.183)	(106.704)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2022	31.12.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	600.000	-	18	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	1.930.019	1.870.050	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.277.103)	(693.865)	17	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(20.317)	(7.231)	19	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	105.750	32	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(436)	(1.541)	20	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(140.608)	(199.501)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.068.739	1.073.662		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

		Efeito não caixa				Efeito caixa	
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Juros de Capital próprio	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	171.729	-	(114)	23.976	137.000	(140.608)	191.982

		Efeito não caixa				Efeito caixa	
	31.12.2020	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Juros de Capital próprio	Dividendos pagos	31.12.2021
Dividendos a pagar	130.276	109.708	(63)	14.309	117.000	(199.501)	171.729

34. Eventos subsequentes**34.1. Novo contrato de mútuo**

Em 3 de janeiro de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de R\$ 508.182. O desembolso ocorreu no dia 6 de janeiro de 2023 e a operação possui vencimento em 6 de fevereiro de 2023 a uma taxa de EUR + 4,00% a.a.

34.2. Novo contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao índice de preço, foi contratado um *SWAP* com troca de EUR + 4,00% a.a. para CDI + 1,44% a.a. O *SWAP* tem vigência com início em 6 de janeiro de 2023 e vencimento em 6 de fevereiro de 2023.

34.3. Nova emissão de debêntures

Em 4 de janeiro de 2023, a Companhia visando o reperfilamento de dívidas, fechou a proposta da emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 950.000. O desembolso da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

34.4. Decisão STF – Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - Coelce

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - Coelce (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 25 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente.

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.

A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.

Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitam a:

- (1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;
- (2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;
- (3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e
- (4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará – Coelce, reunido nesta data, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, complementadas por notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a proposta da Administração de distribuição do Lucro Líquido do exercício de 2022.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta a informação, pelo representante da auditoria, sobre o relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Antônio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Fiscal
Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Conselheiro Fiscal
Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
Charles d' Capdeville
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.

Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
Charles d' Capdeville
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado